

AS DISPUTAS IDEOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO

BERNAL, Alex Barroso – alexbbernal@gmail.com
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo – floureiro@openlink.com.br

Resumo: O estudo objetiva analisar o processo de consulta pública para a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProEEA), ocorrida em oito municípios do estado, onde diversos sujeitos sociais propuseram alterações ao Texto-Base do ProEEA. Busca-se perceber que concepções ideológicas vêm sendo reivindicadas e disputadas pelos participantes. Foram feitas gravações de vídeo dos encontros e registradas todas as alterações propostas em atas. Utiliza-se esse conjunto de materiais como fonte de dados e base empírica para a investigação realizada. Nosso aporte teórico se encontra no campo do pensamento crítico, com destaque a conceituações elaboradas por Gramsci. Como resultado, percebe-se uma série de proposições que demonstram a apropriação pelos atores locais de uma lógica privatista e produtivista próprias da ideologia neoliberal, bem como uma oposição a esse movimento, com o alargamento da dimensão pública em alguns encontros.

Palavras-chave: programa estadual - consulta pública – disputas ideológicas.

Abstract: The study aims to analyze the public consultation process for the preparation of the Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProEEA), occurred in eight cities in the state of Rio de Janeiro, where different persons proposed changes to the Text-Base of ProEEA. We examined ideological concepts that are being claimed and disputed by the participants. We made video recordings of the meetings and we registered all the changes proposed in text records. It's been used this set of materials as a source of data and empirical basis for the investigation. Our theoretical contribution is in the field of critic thought, especially the concepts developed by Gramsci. As a result, it was perceived a series of propositions related to a productivist and privatist logic, characteristic of neoliberal ideology, as well as an opposition to this movement, with the expansion of the public dimension in some meetings.

Keywords: state program - public consultation - ideological disputes

Introdução

Em 1999 foi promulgada a Lei Nº 3325 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) do Rio de Janeiro. Em seu Art. 17 consta que “caberá aos Órgãos Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) a função de propor, analisar e aprovar, a política e o Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA)”. Portanto, a Lei indicava a criação do ProEEA, sendo que este não era efetivamente instituído. Em Dezembro de 2009, realiza-se o seminário "Os 10 Anos da Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro", onde foi discutida uma primeira versão de Texto-Base para o ProEEA. Portanto, dez anos após a instituição da PEEA iniciava-se o processo de construção do Programa que serve de orientação e referencial programático das políticas públicas de educação ambiental no estado. Em 2010 se consolida o Texto-Base oficial do ProEEA, que passa então por uma consulta pública no neste mesmo ano a partir de Encontros Regionais em oito municípios do estado.

O presente trabalho tem o objetivo de trazer e discutir elementos centrais da consulta pública, em particular, as disputas ideológicas empreendidas. Para contextualizar essas disputas e buscar compreendê-las numa perspectiva histórico-dialética, é feita uma breve análise de processos político-econômicos ocorridos nas últimas décadas em âmbito mundial e nacional e no Estado do Rio de Janeiro, especificamente, nos últimos cinco anos - com um olhar voltado para as relações entre Estado-sociedade e entre público-privado. Cabe indicar a participação do autor na equipe de moderação da consulta pública, o que possibilitou a vivência de todo o processo. Foram feitas gravações de vídeo dos encontros e geradas atas oficiais. Nestas, estão registradas todas as proposições que os participantes fizeram ao Texto-Base, bem como sua aceitação ou não pela maioria dos presentes. As informações foram sistematizadas e examinadas por uma equipe técnica. Esse conjunto de materiais produzidos serve como fonte de dados e base empírica para a investigação pretendida.

Nosso aporte teórico se encontra no campo do pensamento crítico, com destaque às conceituações de Gramsci sobre Estado, sociedade civil e hegemonia. No que concerne à educação ambiental, percebemos a necessidade desta se firmar como uma prática social capaz de fazer a crítica ao padrão de sociedade vigente, por entender

(...) que não há leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade, mas relações em movimento no tempo-espaço e características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas (LOUREIRO, 2007, p. 66).

A relação Estado–sociedade civil na obra de Antonio Gramsci

Christine Buci-Glucksmann declara que Gramsci vai ter como pivô de sua análise a surpreendente resistência do aparelho de Estado, nos países capitalistas desenvolvidos. A ponto de obrigá-lo a “pensar uma nova via para o socialismo nesse tipo de sociedade, na qual as ‘reservas organizacionais’ das classes dominantes são (em período de crise) sempre maiores do que se poderia suspeitar” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 27) devida à incorporação do aparelho de hegemonia de classe ao Estado. Vinculado a seu interesse pela história dos intelectuais italianos, ele vai buscar aprofundar o conceito de Estado – registrado em uma carta transcrita na obra da autora:

Esse estudo leva também a precisar um pouco o conceito de Estado, ordinariamente entendido como a sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adaptar as massas populares ao tipo de produção e à economia de uma dada época), e não o equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil (ou hegemonia que um grupo social exerce sobre a sociedade nacional inteira, por meio de organizações pretensamente privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas) (ibidem, p. 36).

O pensador italiano faz a crítica ao economicismo liberal que separa sociedade civil do Estado. O Estado liberal clássico é o guardião das leis e da propriedade. Contrapondo-se a essa perspectiva, Gramsci faz uma ampliação do conceito de Estado retratada no esquema: “Estado ampliado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia encouraçada de coerção” (ibidem, p. 97).

Virgínia Fontes vai assinalar que Gramsci procura explicar a forma encontrada pelas classes dominantes para se assegurar da adesão dos subalternos. Com as novas condições derivadas da conquista do sufrágio universal, o convencimento se torna uma tarefa permanente e crucial para se interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas.

O convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias no Estado e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes por meio da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas (FONTES, 2010, p. 136).

Compreender o Estado em seu sentido integral significa para Gramsci o reconhecimento de que a dimensão do consenso é infinitamente mais complexa nos países capitalistas desenvolvidos devido aos poderosos aparelhos privados de hegemonia que operam na difusão do consentimento e na realização da dimensão educativa do Estado. O pensador italiano reelabora, portanto, a discussão da problemática leninista da hegemonia e traz à superfície a centralidade da “tarefa educativa e formadora do Estado, que tem sempre por fim criar tipos de civilização (*civiltá*) novos e mais elevados, de adaptar a *civiltá* e a moralidade das massas populares mais amplas às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho produtivo” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 128). Assim, sem perder a dimensão econômica da hegemonia - onde ela concretamente se expressa - Gramsci dá centralidade à sociabilidade na esfera da produção material da vida. O que implica pensar a hegemonia como a capacidade que uma fração de classe tem de dar direção intelectual-moral sobre o conjunto do bloco histórico e forjar a formação de uma vontade social ético-política.

Expansão e crise capitalista no pós-guerra

Hobsbown (1995) declara que o capitalismo do pós-guerra foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social, resultado da compreensão da maioria dos formuladores de decisão de que a Crise de 1929 havia comprovado o fracasso do livre mercado irrestrito e o perigo do desemprego em massa, no qual atribuíam ascensão da Alemanha de Hitler. Além do passado a se evitar, à frente havia a

ameaça de contágio comunista dos países capitalistas que estavam sobre ruínas e daqueles que pertenciam ao que ficou designado como Terceiro Mundo, implicando a necessidade de se buscar crescimento econômico, mas também estabilidade política. As ideias de Keynes - que argumentava que o desemprego em massa deveria ser permanentemente eliminado, pois a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores numa situação de pleno emprego teria um efeito econômico e político extremamente positivo - servem de guia para as políticas de Estado que passam a conjugar planejamento econômico estatal e proteção social dos trabalhadores, estruturando-se o Estado de Bem-estar (*welfare state*) nos países-núcleo do capitalismo. Até a década de 1970 esses países assistem a um *boom* de altos lucros dos patrões e o aumento do salário dos empregados, razão pela qual esse período dos trinta anos do pós-guerra é denominado por Hobsbown como a “Era de Ouro” do capitalismo. O autor argumenta que o ‘Grande Salto’ só foi possível porque paralelamente à “reforma do capitalismo”, acontecia um avanço sem precedentes na globalização e internacionalização da economia que “multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão internacional muito mais elaborada e sofisticada” (HOBSBOWN, 1995, p. 264). A circulação de capitais através da intensa atividade das multinacionais, sobretudo a partir da década de 1960, começava a delinear uma economia na qual os territórios e fronteiras de Estados não constituiriam mais o esquema operatório básico. Segundo Fontes, concomitantemente a dominação interna do capital nos países centrais, a expansão capitalista no período vai se complementar pela sua expansão externa através de “expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica” (FONTES, 2010, p. 149), o que irá favorecer o surgimento de burguesias e novos Estados e o seu enclausuramento em múltiplas teias hierárquicas e desiguais.

Algumas economias periféricas, como o Brasil, experimentam a combinação de um adensamento urbano – fruto em parte do impedimento da reforma agrária pelas frações burguesas dominantes – e uma intensa industrialização, que sem o acompanhamento de políticas públicas correspondentes resultaram em precárias condições de vida e trabalho. Contra a alternativa socialista que aparecia neste momento como uma estratégia possível de recuperação do atraso econômico e de diminuição das desigualdades sociais, o “desenvolvimentismo” despontava como a grande bandeira ocidental (FIORI, 1997). Veremos nos anos de 1960 atos de rebeldia que começam a desmanchar o espírito de colaboração de classes forjada pela Grande Depressão e pela Guerra. Greves sindicais e protestos estudantis se entrelaçavam de maneira diversa com novos movimentos sociais que iam do feminismo ao pacifismo, passando pelo movimento ecológico e a contracultura nos EUA e Europa ocidental, que extrapolam, porém, estes espaços e atingem regiões do campo comunista e do Terceiro Mundo, onde movimentos de libertação africanos e guerrilhas latino-americanas se proliferavam. É na América Latina que a resposta será mais contundente. Já nesta década se instauram regimes militares que reassumem o controle da situação na maioria dos países.

Em meados dos anos setenta a crise econômica mundial bate a porta. Falleiros e outros (2010) apontam que a partir dessa década a doutrina neoliberal concebida pelo grupo de Mont Pelèrin passa a ter destaque na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde os governos de Thatcher (1979-1990) e Reagan (1981-1989) acolhem o novo pensamento hegemônico e as propostas de enfrentamento dos problemas por que passavam suas nações. Segundo Fiori (1997), isso implicará num ataque ao estado regulador e a defesa do retorno ao estado liberal idealizado pelos clássicos. Os estados

keynesiano e desenvolvimentista se transformam nos grandes responsáveis pela crise dos anos setenta. Desse modo, o crescimento do gasto público e, em particular, do gasto social iria virar o grande vilão da estagflação que enfrentava os países centrais.

Fazia parte do receituário conservador o redisciplinamento do mundo do trabalho e das periferias mal comportadas. E foi o que se viu, tanto nos EUA, como na Inglaterra, com Reagan e Thatcher intervindo e derrotando greves e sindicatos, para em seguida reformar as legislações trabalhistas. Concomitantemente, realiza-se a desregulação estatal que liberta o movimento internacional dos capitais, provocando a explosão da globalização financeira a partir de 1985 (FIORI, 1997). Segundo o referido autor, explode na década 1980 a crise da dívida externa na América Latina, o que irá reforçar o modelo de ajuste proposto por economistas de instituições financeiras tais como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Denominado “Consenso de Washington”, esse receituário torna-se a política oficial do FMI para os países latino-americanos. O programa de políticas fiscais e monetárias associava-se a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estabilização na oferta abundante de capitais disponibilizados pela globalização financeira. Como assinala o autor, é desta maneira que chega à periferia capitalista endividada, em forma de condicionalidades, uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras que já se difundiam pelo mundo desde o início da “grande restauração”.

Sublinhando que o frágil direito de cidadania que vinha se construindo é substituído por “atestado de pobreza” para o acesso aos serviços públicos, Soares (2009) expõe as principais estratégias neoliberais de (des)estruturação dos serviços sociais públicos na América Latina. Como parte do processo de desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social, a constituição de um “Estado de Mal-estar” se concretiza a partir das seguintes estratégias: comportamento pró-cíclico ou regressivo (tanto do gasto como do financiamento do setor social); descentralização de serviços sociais; privatização total ou parcial de serviços; focalização e; retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como agentes do bem-estar social. Aliado ao processo de retração estatal e a privatização da área social que impossibilitam políticas sociais em bases universais, emerge uma nova retórica de “solidariedade” e “participação comunitária” que dá substrato ideológico às transformações pretendidas. Passam a ter destaque nas agendas nacionais, até como forma de minimizar os efeitos da crise econômica e dos processos de ajuste, os “Programas de Combate à Pobreza” recomendados pelo Banco Mundial e BID para os governos latino-americanos.

A queda do muro de Berlim no final da década de oitenta e a dissolução da URSS dois anos depois vão marcar o início da nova ordem unipolar do mundo, abrindo terreno novo para o capital se reproduzir e a ideologia disseminada pelo exército de intelectuais orgânicos da classe burguesa mundial se tornar hegemônica. Leher e Sader (2006) colocam que a virada histórica para a hegemonia norte-americana vai representar a vitória do liberalismo como concepção de mundo e da história e não apenas como política econômica. Por consequência, se impõe a versão de que se tratou de uma conquista da democracia (liberal) contra o totalitarismo (estatal).

Tem-se o triunfo das teses de “liberar” as forças pujantes da economia de seus constrangimentos estatais fossem estes do modelo soviético, do keynesianismo no centro do capitalismo ou do nacionalismo na sua periferia. Democratizar – sob o forte impacto das oposições aos regimes do leste

européu – passou a significar “liberalizar”, que por sua vez ganhou a conotação de reformar um sistema rígido (LEHER; SADER, 2006, p. 5).

Ideário neoliberal e Reforma do Estado no Brasil

Para os movimentos populares, a década de 1980 provavelmente será lembrada como aquela em que o país reviveu um período de grandes mobilizações populares. O desfecho dessa década, entretanto, seria marcada por uma eleição em que a esquerda chegou incrivelmente perto de assumir o poder político do país. Mais do que um banho de água fria nos movimentos de massa que exibiram grande vigor nas campanhas pelas “Diretas Já!” e na elaboração da Constituição de 1988, a derrota nas eleições de 1989 abre caminho para uma impressionante reconfiguração do papel do Estado e da sociedade civil no Brasil. O confronto de projetos societários que na década de 80 chegou a ganhar fôlego novo, a partir dos anos 90 cede lugar a um novo padrão de sociabilidade e de busca por consensos e parceria entre atores sociais com posições divergentes em prol de “interesses comuns”¹. Se concretiza ideologicamente a supremacia da sociedade civil sobre o Estado, com a prevalência da ideia de que é na dita “sociedade civil” – não mais percebida como arena de disputas entre classes – que o exercício da criatividade, da cooperação e da solidariedade pode acontecer.

Leher – em estudo sobre a obra de Florestan Fernandes – vai apontar que no período da crise da ditadura, uma vez que novos protagonistas entravam no cenário político, os setores dominantes perceberam ser necessária uma operação político-ideológica para impedir que a “transição democrática” saísse dos trilhos, sendo incentivada nesse processo a liderança da oposição consentida, especialmente por meio de seus representantes mais moderados.

No terreno ideológico, os teóricos do autoritarismo conseguiram situar os termos do conflito entre uma abstrata sociedade civil e o Estado autoritário. A esfera privada foi associada à democracia e à cidadania; o Estado foi vinculado ao autoritarismo, à ineficiência, à burocracia e à corrupção. Assim, todos os que “sujaram as mãos” abrigaram-se no guarda-chuva ideológico da sociedade civil. Com isso, os que sustentaram a ditadura e seu modelo econômico concentrador de renda operaram a transição de tal modo que a condição capitalista dependente não foi alterada (LEHER, 2005, p. 231).

Segundo o referido autor, esse movimento ideológico conseguiu produzir uma formulação compatível com os interesses dos setores burgueses, visto que o autoritarismo foi dissociado do capital (esfera privada), se concentrando apenas no Estado. Florestan Fernandes iria combater essa teoria, buscando demonstrar que a questão não estava centrada na oposição entre sociedade civil e Estado autoritário. Para este pensador, uma democracia de participação ampliada não poderia se basear no consenso e na união nacional, mas na identificação/diferenciação das classes. Porém, numa correlação de forças adversa para a classe trabalhadora, vai prevalecer a ideologia da “sociedade civil como espaço democrático” e, nesse escopo, a esfera pública vai sendo eclipsada pela esfera privada (LEHER, op. cit.).

¹ No bojo do discurso da necessidade de conciliação das classes em prol de interesses comuns, a preservação do meio ambiente será uma das temáticas que alimentarão a ideia de que “estamos todos no mesmo barco” e por isso, somente quando todos assumirem suas responsabilidades poderemos ter um “mundo sustentável” ou uma “sociedade sustentável” - expressões comumente utilizadas nos documentos de educação ambiental para designar o estágio ideal que devemos alcançar como sociedade humana.

Conquanto a ascensão de movimentos populares nos anos de 1980 houvesse colocado na agenda nacional questões relevantes para um processo de democratização substantiva do país e contribuído para a elaboração de uma nova Carta Magna que chegou a ficar conhecida como uma *Constituição Cidadã* pela série de direitos sociais e políticos conquistados, o Brasil será palco na década de 1990 para a entrada triunfal de políticas de corte neoliberal. Como condicionalidade para a renegociação da dívida externa do Brasil, o país adota o receituário neoliberal no início do governo de Collor. As condicionalidades se expressavam no compromisso do governo em colocar em prática as recomendações presentes no Consenso de Washington. Tais recomendações serão implementadas de forma ainda mais vigorosa no governo de FHC.

No primeiro ano do mandato de FHC, é criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), com o intuito de formular um plano integrado para as reformas “necessárias” ao país. Neste mesmo ano é aprovado pelo presidente da República o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Na época, tem destaque o papel assumido por Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro do MARE. Segundo ele, a queda da taxa de crescimento das economias capitalistas em meados da década de 70 se deveu, em parte, às distorções e ineficiências provocadas pelo excessivo e distorcido crescimento do Estado. Em meados da década de 1990, o autor percebia a crise do Estado por três aspectos: “uma crise fiscal, uma do modo de intervenção, e uma da forma burocrática de administração do Estado” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 19). Crise que impôs a necessidade de reconstruí-lo, enquanto a globalização da economia tornou imperativa a tarefa de redefinir suas funções. Redefinição que passa por “reduzir, compactar, contrair a estrutura do Estado para superar a crise fiscal e criar condições para um novo estágio de desenvolvimento econômico” (ibidem, p. 26). Veremos a reivindicação da modernidade – entendida como “democracia, a primazia da eficiência e uma preocupação com a equidade social” (ibidem, p. 197) – como argumento para as reformas pretendidas. Para Bresser Pereira, esta perspectiva modernizante avança com a eleição de FHC, pois a coalização de classes que ocupou o centro político conseguiu celebrar um pacto político informal baseado em uma nova interpretação e estratégia para a crise, na qual

(...) a reforma do Estado foi apenas começada com o ajuste fiscal e a privatização: deverá completar-se com a reforma da administração pública e com a reforma política. A reforma da Constituição de 1988 é necessária para viabilizar um maior ajuste fiscal, a reforma tributária, a reforma da previdência e a reforma administrativa (ibidem, p. 267).

O ataque à Constituição explica-se. Para o ministro do MARE, a transição democrática de 1985 foi a transição de uma direita burocrática e autoritária dominada pelos militares para uma coalização populista, não menos arcaica, de empresários, burocratas da classe média e trabalhadores que ignorou que os aumentos salariais provocariam inflação, de que o déficit público era um problema cada vez mais grave, que o Estado havia crescido demais, que as velhas estratégias de desenvolvimento estavam exauridas e que o Estado havia mergulhado numa profunda crise fiscal. Desse modo, a Constituição teria sacramentado os princípios de uma administração pública arcaica e burocrática ao extremo. Retrocesso que Bresser Pereira atribui, aos constituintes e, mais amplamente, à sociedade brasileira pela falta de capacidade de verem o novo e perceberem a forma burocrática pela qual o Estado é administrado. Para superar a administração pública então vigente, ele apresenta um modelo de

administração pública gerencial que visa substituir aquela. Trata-se da Nova Administração Pública que tem como contornos:

(1) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; (2) descentralização administrativa, pela delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; (3) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal, (4) organizações flexíveis ao invés de unitárias e monolíticas, nas quais as ideias de multiplicidade, de competição administrada e de conflitos tenham lugar (ibidem, p. 272).

Estas são as diretrizes para lidar com um Estado que, por sua vez, possui quatro setores: o núcleo estratégico do Estado, as atividades exclusivas do Estado, os serviços não-exclusivos ou competitivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Para completar, o autor menciona que no capitalismo contemporâneo, as formas de propriedade relevantes não são duas, mas três. Pois, além da propriedade privada, voltada para a realização de lucro (empresas) ou de consumo privado (famílias) e a propriedade pública estatal, existe também a propriedade pública não estatal, materializada na figura das “organizações sociais”. Caberia a este novo tipo de propriedade realizar os “serviços não exclusivos de Estado” através de contratos de gestão.

O fato de ser pública não-estatal, por sua vez, implicará a necessidade de a atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado. O controle do Estado, entretanto, será necessariamente antecedido e complementado pelo controle social direto, derivado do poder dos conselhos de administração constituídos pela sociedade (ibidem, p. 286).

Para concretizar essa estratégia, o Governo FHC lança então o “Programa de Publicização”. Aprovam-se as leis Nº 9.637/98 e 9.790/99 que instituem e disciplinam, respectivamente, o Contrato de Gestão e o Termo de Parceria, possibilitando a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Além da criação dessas leis, uma série de emendas constitucionais consolida algumas das principais propostas delineadas pelo MARE. Estabelece-se, assim, um novo arcabouço jurídico que, por um lado, ataca os direitos trabalhistas e, por outro, consolida o sistema de parceria ou de “co-gestão” entre o Estado a sociedade civil caracterizado pela ocupação do aparelho estatal por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos – adeptas em sua maioria do antiestatismo – que compartilham com o governo a responsabilidade pela execução das políticas públicas e simultaneamente realizam o controle social destas.

No vazio deixado pelos poderes do Estado, pelos partidos e por outras formas associativas de massa, a funcionalidade da “propriedade pública não-estatal” se faz sentir. Sem uma pauta reivindicativa classista e alternando a estratégia do confronto para a da colaboração, as novas formas associativas passam a objetivar – em nome do “interesse público” – a harmonia e a coesão social, se valendo para isso de um sistema ideológico que concilia empreendedorismo e cidadania. Movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) vão abandonando, assim, a luta política e ideológica e concentrando-se na disputa por financiamento de seus projetos particulares. Desponta uma “(nova) sociedade civil ativa” (FALLEIROS *et al*, 2010) que sob o domínio de fundações e associações empresarias sem fins lucrativos, a “virtude” de

serem não governamentais – o que reativa a definição clássica liberal – e o signo da responsabilidade social, converte-se em executora de políticas públicas, consolidando-se a transferência ao mercado de serviços antes exclusivamente prestados pelo Estado. Segundo os referidos autores, nos anos de 1990 e 2000 a hegemonia capitalista irá se recompor através da imposição como “verdade histórica” do fim das disputas entre capital e trabalho e a necessidade de conciliação dos interesses das classes em prol do combate à pobreza e da preservação do meio ambiente. Nesse processo de “repolitização da política” teremos uma transmutação do Partido dos Trabalhadores (PT) ainda na década de 1990 que Coelho (2005 apud Fontes, 2010) demonstra se tratar de uma modificação da condição social ocupada por muitos dirigentes simultaneamente à adesão do partido a um programa capitalista renovado, que lhe caracteriza como uma “esquerda para o capital”. Isso explica a difusão pelos líderes do Governo Lula “de que a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento só pode se dar por meio de um diálogo nacional” (FALLEIROS *et al*, 2010, p. 84). Receituário que será norteador das ações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado por decreto em 2003 – formado por 90 conselheiros, sendo 41 representantes de empresas e/ou associações empresariais e 16 representantes de associações de trabalhadores – com a competência de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, apreciar propostas de políticas públicas, reformas estruturais etc.

Outra ação que ganha relevância no Governo Lula – em ressonância com a diretriz do “diálogo social” – é a construção das Conferências Nacionais de políticas públicas. Embora a primeira conferência nacional date de 1941 e 25 edições tenham ocorrido entre 1988 e 2002, com o início do governo Lula elas se tornam bem mais frequentes, sendo realizadas 55 conferências nacionais sobre temas diversos como Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cidades. Nesse sentido, são efetivadas novas formas de participação social que darão materialidade à proposta de “democracia participativa” – expressão utilizada em contextos e com objetivos bastante diversos, mas que de modo geral serve para dar ênfase a necessidade do envolvimento direto e permanente da sociedade civil nas discussões e decisões políticas do país. De tal modo que o Brasil se torna terreno fértil para um espectro diverso de discursos e práticas sócio-políticas em torno da necessidade de dar protagonismo às “organizações da sociedade civil” para um desenvolvimento equânime do país. E à medida que essas organizações se enraízam no aparato estatal vão se diluindo as fronteiras entre o público e o privado.

Sem romper com as diretrizes macroeconômicas de seu antecessor, os Governos de Lula inovam nas estratégias. Por exemplo, a Reforma do Estado, não mais com esse signo, continua avançando, só que agora a partir das parcerias público-privado (PPPs) que são regulamentadas pela Nº 11.079/2004 e se tornam o novo eixo motor da “modernização” do país. Tais parcerias vêm significando a destinação de volumosos recursos públicos para a iniciativa privada, em contratos sem risco para as empresas executoras, tendo o fortalecido BNDES a financiar os grandes e médios empreendimentos, e o Banco do Brasil como principal operador nacional de recursos públicos para um setor agropecuário voltado para a exportação. Outra mudança qualitativa é o retorno de uma aspiração estatal desenvolvimentista, sobretudo a partir do segundo mandato de Lula, com a centralidade que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) adquire no desenrolar do conjunto das políticas públicas nacionais.

O novo bloco de poder – que de forma nunca antes vista na história desse país consegue unir uma frente tão ampla de forças políticas e frações burguesas locais – potencializa sua hegemonia: pelo aumento real do salário mínimo, a oferta de crédito

consignado e o novo padrão de políticas assistencialistas e de transferência de renda que elevam os indicadores sócio-econômicos; pelos investimentos produtivos e o aumento das taxas de crescimento econômico que ampliam o acesso ao mercado de trabalho e o número de carteiras assinadas e; pela consolidação do Brasil como liderança regional e 7ª economia do Planeta que coloca o país em nova posição político-econômica no sistema-mundo. A respeito dessa nova posição, o discurso de “país emergente” ganha materialidade com a escolha do Brasil como sede dos principais eventos esportivos internacionais e pólo de atração de capitais. O projeto de poder em andamento, à medida que oportuniza ganhos financeiros substantivos tanto das frações burguesas locais como do capital internacional a elas associado – daí a mão dupla da expansão imperialista –, acentua o poder das classes possuidoras que dão respaldo e coesão ao bloco. Com a eleição de Dilma Rousseff se estreita ainda mais a relação entre as forças políticas dominantes e os grupos privados nacionais e internacionais, o que aprofunda a coalização de poder e assegura a continuidade desse projeto. Com base no que vem se passando no Brasil a partir da última década do século passado, Martins e Neves (2010) sustentam que o país vem seguindo o projeto político da Terceira Via – cujas teses basilares se baseiam numa sociedade civil ativa, num novo Estado democrático e numa radicalização da democracia – no qual a busca de um Estado de Bem-estar Social dá lugar a uma Sociedade de Bem-estar Social. Nutrida por elaborações teóricas “que difundem a existência de novas relações que se constroem supostamente de maneira independente das relações sociais capitalistas” (ibidem, p. 25) e resultante da depuração do projeto da social-democracia, a Terceira Via propaga a possibilidade de liberdade de mercado com justiça social com vistas a viabilizar um bloco histórico composto por um arco de forças bastante abrangente, fruto do encontro de correntes políticas distintas.

No plano estadual, após oito anos de governo do casal Antony e Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral elege-se em 2007. Formado por uma coalizão ampla de partidos – capitaneada pelo PMDB – e forte apoio do empresariado, o Governo Cabral estabelece uma parceria sólida com o Governo Lula, passando o estado a ser um importante receptor de recursos federais. Grandes aportes econômicos chegam com investimentos do porte do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) – maior empreendimento isolado da história da Petrobrás – e da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – maior investimento privado realizado na América Latina nos últimos 15 anos. A vitória do candidato do PMDB, Eduardo Paes, para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2009 e a reeleição de Cabral em 2011 com o apoio e/ou controle da maioria das prefeituras municipais por esse partido sela de vez a hegemonia da máquina partidária do PMDB no estado. Pela difusão maçante do Rio de Janeiro como referência de estado que se desenvolve e se moderniza – tanto pela parceria estratégica entre as três esferas de governo, quanto pela relação íntima entre poder público e mercado, que buscam compartilhar, inclusive, seus modelos de gestão – reforça-se o sistema ideológico dominante. Logo, harmoniza-se na esfera estadual a retórica do desenvolvimento econômico como sinal de progresso ao ideário neoliberal de necessidade de eficácia dos governos pela importação pelo poder público do modelo gerencial advindo da iniciativa privada.

No que se refere à relação entre poder público e o mercado, é emblemática a atuação deste último no novo modelo de enfrentamento da violência – baseado na implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas fluminenses. Difunde-se que o bem sucedido modelo se deve tanto pelo Estado voltar a ter o controle de áreas ocupadas pelo tráfico de drogas, como pelos programas sociais que chegam às

comunidades junto com a UPP, promovendo assim o “resgate da cidadania” dos seus moradores. Tais programas - frutos da parceria que os governos estadual e municipais estabelecem com associações privadas - representam o oferecimento por essas organizações de todo o tipo de serviços e capacitações para os moradores dessas áreas. Assim, governos, empresas e ONGs ganham novas áreas de expansão econômica e trabalham conjuntamente para a formação dos novos cidadãos-consumidores e a concretização do padrão de sociabilidade exigido pelos eventos esportivos e investimentos econômicos previstos para a região. A dimensão educativa do Estado se realiza no Rio de Janeiro no sentido de adequar a população a um novo tipo humano, de espírito pacificado e receptivo, requerido pelas mudanças que vêm de cima. Porém, como o Estado também acentua a truculência na repressão de quaisquer contestações ao projeto em curso, o que assistimos é uma combinação perfeita de estratégias de coerção e consenso para o capital se reproduzir sem instabilidades nos territórios pré-definidos.

O Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – ProEEA

Tendo esboçado essa conjuntura mais geral, direcionamo-nos agora para a análise da institucionalização do ProEEA. Consta no § 3º do Art. 17 da Lei Nº 3325 que a “A coordenação da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) deve ser efetivada de forma conjunta pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e pelo Sistema Estadual de Educação”. O primeiro tem como órgãos principais a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e o Conselho Estadual do Ambiente que possui uma Câmara Técnica de Educação Ambiental, enquanto no segundo a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) consta como órgão executor e o Conselho Estadual de Educação como órgão normativo e recursal desse Sistema. O outro colegiado articulador da PEEA é o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental – GIEA que tem perante a Lei estadual, a atribuição do acompanhamento da Política Estadual. Segundo o Decreto 40.889/2007 que definiu a última composição de integrantes do GIEA, ele é composto por doze membros, sendo equilibrado em número de membros as instituições governamentais e não governamentais. Entretanto, das doze instituições designadas pelo Decreto, apenas SEA, SEEDUC, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro e Coletivo Jovem de Meio Ambiente têm uma participação regular no colegiado. Pelo fato da coordenação da PEEA ser compartilhada entre o Sistema Estadual de Educação e o Sistema Estadual de Meio Ambiente, o GIEA cumpre a função de instância política articuladora dos dois sistemas e destes com as organizações representativas da sociedade civil.

No Governo Cabral, a área de educação ambiental tem na esfera estadual pela primeira vez uma estrutura de trabalho com pessoas e recursos próprios. Em 2007, criou-se no âmbito da SEA a Superintendência Estadual de Educação Ambiental (SEAM) e em 2009 instituiu-se a Coordenação Estadual de Educação Ambiental (CEEAA) na SEEDUC. No primeiro semestre de 2010, a SEAM consegue captar recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM para o processo de Consulta Pública do ProEEA. SEAM e UERJ assumem a Coordenação Geral do projeto e contratam uma equipe técnica para a realização de todo o processo.

A experiência de construção do ProEEA de Minas Gerais e de mobilização do I Encontro de Comunidades do Mosaico Central Fluminense serviram de referência metodológica para o ProEEA. Em relação à parte textual do ProEEA, a referência principal foi o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), razão pela qual

sua primeira versão de Texto-Base – elaborado pela equipe da SEAM – teve uma similaridade grande com o ProNEA. Após ser apresentado em uma reunião do GIEA e passado por uma primeira discussão pública no Seminário em 2009, esse Texto-Base sofrerá uma série de alterações em reuniões do GIEA no primeiro semestre de 2010. De fato, a partir de Maio de 2010, os componentes do GIEA reivindicam uma participação maior na construção do processo de consulta pública, o que acaba por transferir ao colegiado maior responsabilidade na revisão e alteração do Texto-Base, bem como no planejamento e acompanhamento da consulta pública como um todo, sendo realizadas reuniões extraordinárias do GIEA com tais fins. Nessas reuniões incorporam-se novos conteúdos ao Texto-Base do ProEEA que vai então para a consulta pública já mais diferenciado do texto do ProNEA. Tendo como critério a importância sócio-econômica, o envolvimento dos atores locais e o nível de desenvolvimento das políticas públicas de educação ambiental nos diferentes territórios do estado, definem-se oito regiões e os respectivos municípios pólos onde aconteceriam os encontros. São escolhidas as seguintes regiões e respectivos municípios: Metropolitana – Rio de Janeiro; Baixada Fluminense – Mesquita; Lagos – Araruama; Serrana – Cachoeiras de Macacu; Médio Paraíba – Resende; Costa Verde – Paraty; Noroeste – Itaperuna; Norte – Campos.

No segundo semestre realizam-se os oito encontros regionais, com dois dias cada, mantendo-se uma metodologia padrão. No primeiro dia, as pessoas ao chegarem recebiam o Texto-base do ProEEA² que continha oito seções: Apresentação; Justificativa; Diretrizes; Missão; Princípios; Objetivos; Público e; Linhas de atuação e estratégias, sendo que as duas primeiras apenas serviam de introdução ao Programa não passando pelo processo de proposições de alterações. Os participantes reuniam-se em plenária onde era feita pelo moderador uma apresentação geral do processo de construção do ProEEA. Nisso, era explicada a metodologia da consulta pública que consistia numa leitura de cada seção (Diretrizes, Princípios etc) do texto, sendo seguido por uma releitura em partes de cada seção quando era possível que qualquer um dos participantes da plenária pedisse destaque para alteração do texto. Para cada destaque realizado, a pessoa que o solicitasse tinha três minutos para defender sua proposta e abria-se uma discussão, onde todos os presentes tinham o direito a dar sua opinião sobre a proposta, bem como propor outras alterações ao item da seção que tinha sido pedido o destaque. Ao final da discussão, havendo consenso da plenária para a alteração proposta, ela era aprovada, não havendo, fazia-se uma votação para sua aprovação ou não. Desse modo, sendo por consenso ou por votação, havendo aceitação pela maioria da plenária, a proposta era aprovada. No segundo dia, seguindo a mesma metodologia do dia anterior, os participantes reuniam-se em grupos de trabalho para discutir e propor alteração à seção Linhas de Atuação Estratégicas do Programa. Essa metodologia foi se aperfeiçoando ao longo dos Encontros, confluindo para isso o constante diálogo estabelecido entre os membros do GIEA, a Coordenação Geral e a equipe técnica. Em Janeiro de 2011, parte dessa equipe se reuniria para a produção de um relatório de sistematização das contribuições feitas ao Texto-Base, no qual estas foram compiladas, examinadas e comentadas à luz de critérios de sistematização elaborados pelo GIEA.

Resultados e conclusão

Os encontros tiveram uma média de cinquenta participantes, chegando a mais de cem pessoas no encontro de Mesquita. O público era constituído em sua maioria de

² No endereço <http://proeearj.cederj.edu.br/plataformalite/> é possível acessar o Texto-base.

professores, agentes do poder público, representantes de ONGs e de movimentos sociais. Para os propósitos desse trabalho, nos concentraremos em analisar algumas das questões que ganharam centralidade ao longo da consulta pública, buscando perceber de que forma se relacionam com o ideário neoliberal que toma conta dos espaços e debates públicos. As Diretrizes – (1) Participação e controle social; (2) Descentralização e compartilhamento; (3) Respeito à diversidade cultural; (4) Justiça social e ambiental; (5) Respeito a todas as formas de vida; (6) Transversalidade; (7) Fortalecimento do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente); (8) Fortalecimento do sistema de ensino; (9) Sustentabilidade dos processos educativos e; (10) Transparência – do Texto-Base, por orientarem o Programa como um todo, serão objetos de exame mais atento.

Analisando as mudanças aprovadas nos Encontros Regionais, percebe-se que nenhuma diretriz chegou a ser rejeitada por inteira, demonstrando a construção de consensos em torno delas. A maioria sofreu pequenas mudanças que complementaram ou aprofundaram a ideia central que a diretriz carregava. Por exemplo, os textos aprovados para a Diretriz (1) na Metropolitana e na Costa Verde, respectivamente: “Participação, *gestão* e controle social *efetivos*” e “Participação e controle *pela sociedade*”, buscam reforçar o protagonismo da sociedade civil e a necessidade desta exercer controle sobre o Estado e vão de encontro ao projeto em implementação não só pelo Governo do Estado, mas mais amplamente pelo Governo Federal que sob a bandeira neodesenvolvimentista do PAC vem não apenas aderindo, como operacionalizando o processo de reprodução vertiginosa do capital, promovendo novas expropriações e explorações – financiadas pelas agências e bancos oficiais de fomento. A Diretriz (2) sofreu uma única proposta de mudança. Na capital se aprovou o seguinte texto: “Descentralização, *territorialização*, compartilhamento e *corresponsabilidade*”. A inserção da expressão “territorialização” traz uma nova perspectiva ao ProEEA “com vistas a integrar e/ou incorporar os grupos do território nas questões decisórias relativas à implantação de políticas públicas” – como assinalado no relatório de sistematização. Em relação à inserção de “corresponsabilidade”, destacamos seu uso não apenas para indicar a necessidade de responsabilização das três esferas de governo no planejamento e execução de políticas públicas, como também sua aderência à implementação de Parcerias Público-Privadas (PPP) – nova estratégia de reforma do Estado – para modernizar o país. No que concerne a “descentralização”, apesar de ser tida quase como sinônimo de democratização, na prática ela vem sendo empregada para transferir ao setor “público não estatal” o que é de responsabilidade do Estado, como também vem significando a municipalização de políticas públicas, favorecendo assim a precarização destas já que os municípios, dentre os três níveis de governo, ficam com a menor parcela da receita tributária do país. Embora possamos resgatar essa estratégia como norteadora da reforma administrativa instituída pelo Decreto-lei nº. 200/1967 durante a ditadura, é no processo de “redemocratização” nos anos 1980 – sob o discurso do “Estado autoritário que centralizou” - que a descentralização passará a ser reivindicada por atores sociais da esquerda e direita, sendo posteriormente elemento orientador da “Nova Administração Pública” proposta por Bresser Pereira (1996) e estratégia neoliberal amplamente difundida na América Latina (SOARES, 2009).

Em relação à diretriz (4), a única proposta de mudança de texto dessa Diretriz foi feita na Região Metropolitana, ficando: “Justiça social e *justiça* ambiental”. A inclusão da palavra “justiça” pela segunda vez marca um novo campo que vem sendo construído e que conta atualmente com uma Rede Nacional de Justiça Ambiental. Contudo, segundo Martins e Neves (2010), a justiça social já faz parte da narrativa da Terceira

Via. O que nos cabe perguntar: até que ponto essa Diretriz é reivindicada em contraposição à *liberdade de mercado*? Como na Terceira Via há uma aparente tentativa de conciliação entre *justiça social e liberdade de mercado*, reivindicar a justiça social (e ambiental) sem confrontar o princípio liberal de autonomia e soberania dos agentes do mercado - cada vez mais efetivo pela desregulação estatal operada nas últimas décadas - não contraria o projeto dominante, pelo contrário, o fortalece.

A Diretriz (9) foi aprovada na região do Médio Paraíba como: “*Melhoria contínua* dos processos educativos”. A equipe de sistematização teceu o seguinte comentário a respeito dessa proposta: “O conceito de melhoria contínua dialoga com o conceito de “qualidade total”, enquanto conceito que define um aperfeiçoamento permanente de processos de produção de mercadorias e/ou de prestação de serviços”. Acreditamos que esse comentário define bem a lógica do modelo gerencial - pressuposto da eficiência nos marcos do pensamento neoliberal. Esta lógica - fortemente presente na região - se materializou em diversas propostas no encontro de Resende, gerando fortes disputas em torno do sentido ideológico que deveria ter o ProEEA. Este encontro, juntamente com o da capital, foi onde os embates mais se acentuaram. Na Região Metropolitana, os conflitos transpareceram mais em razão de um grupo de participantes - sem uma identidade política ou ideológica definida - ter se preparado previamente para a consulta pública, indo para o encontro já tendo feito um pré-encontro no qual puderam estudar o Texto-Base e planejar uma série de interferências no processo. Como eles atuavam em bloco, alguns outros participantes chegaram a reclamar desta “manipulação”. Na capital a Diretriz (8) foi aprovada como: “Fortalecimento do sistema de ensino *público, gratuito, laico e emancipatório*”, texto parecido com o elaborado na Região dos Lagos: “Fortalecimento do sistema de ensino *público, gratuito e laico*”. A nosso ver, essas complementações ao texto original demonstra um posicionamento político de parte dos sujeitos sociais dessas duas regiões no sentido de priorizar a educação pública - gratuita, laica e emancipatória - em relação ao ensino oferecido na rede privada. Trataram-se, portanto, de momentos na correlação de forças que permitiram um alargamento da dimensão pública em detrimento da esfera mercantil. No encontro de Resende, por sua vez, percebia-se nas propostas o apagamento da fronteira entre o público e o privado - na direção da hegemonia privatista que vem se consolidando e defendendo o tratamento igual às duas esferas. Para explicitar, eis um texto que chegou a ser sugerido neste território para a seção de Objetivos do ProEEA: “Garantir e fomentar o *planejamento estratégico* para a contratação de recursos humanos, técnicos e recursos financeiros em programas, projetos e atividades em Educação Ambiental na *gestão pública e privada*”. Além da utilização do termo “planejamento estratégico”, próprio da gestão de empresas e que se incorporou à administração pública nas últimas décadas - trazendo para esta uma racionalidade derivada do mundo da produção -, percebe-se como a gestão pública e a privada ganham pesos similares. Portanto, uma lógica privatista e produtivista - própria da ideologia neoliberal - se impõe, manejando a diluição das contradições entre público-privado e a mecanização de todas as esferas da vida social. Na Região dos Lagos, por outro lado, foi aprovado como um novo Princípio: “*Desmercantilização dos direitos essenciais à vida*”. Essa proposição - fruto de um debate que evoluiu bastante nesse encontro - veio a se contrapor a uma tendência que vem ganhando corações e mentes, se firmando nas políticas públicas ambientais: a valoração econômica dos recursos naturais e a remuneração de particulares pela proteção dos serviços ambientais. Tal tendência se confirmou com a proposição em Campos da seguinte Linha de atuação

e estratégias: “Estímulo à incorporação das temáticas da: biodiversidade, mudanças climáticas e recursos hídricos e *pagamento de serviços ambientais* nas políticas locais”. Visto que com a neoliberalização tudo tende a virar mercadoria, propõe-se que a defesa do “meio ambiente ecologicamente equilibrado” que consta no Art. 225 da Constituição como dever da coletividade, também deva ser solucionada segundo leis e mecanismos de mercado. Com o implemento de instrumentos econômicos, a proteção ambiental se transforma num novo e lucrativo mercado, onde o capital pode se reproduzir e os interesses privados são privilegiados para a resolução de causas públicas.

A análise da consulta pública permite exemplificar como a ideologia funcional às classes possuidoras vai se solidificando como ideologia dominante. Se o Estado educador atua no sentido de consolidar os consensos que fortalecem a hegemonia dessas classes, a ocupação de um Estado que se amplia com a socialização da vida política permite também a explicitação de contradições na arena pública e a construção de outros consensos (e dissensos!) que nos impulsionam à construção de uma outra hegemonia. Se com Gramsci entendemos que toda relação hegemônica pressupõe necessariamente uma relação pedagógica, a disputa pela direção moral-intelectual dessa política pública demonstra que a materialização de projetos particulares no espaço público pode restringir nosso horizonte ideológico, como também desenvolver as contradições que nos permitirão ir além do horizonte que está posto.

Referências bibliográficas

- BRESSER PEREIRA, L. C. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil – Para uma nova interpretação da América Latina*, São Paulo: Editora 34, 1996.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- FALLEIROS, I.; PRONKO, M. A.; OLIVERIA, M. T. C. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo, Xamã, pp. 39-95, 2010.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- HOBBSBOWN, E. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S.S., TRAJBER, R. (coords.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. p. 45-53.
- LEHER, R. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: Fávero, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, p. 100-125, 2005.
- LEHER, R; SADER, E. *Público, estatal e privado na reforma universitária*. Fírgoa - Universidad pública, espazo comunitário, v. 1, p. 1-30, 2006.
- MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo, Xamã, pp. 39-95, 2010.